



Processo : 10875.000542/97-52

Acórdão : 201-75.352

Recurso : 110.511

Sessão : 18 de setembro de 2001

Recorrente : VALTRA DO BRASIL S/A

Recorrida : DRJ em Campinas - SP

IPI – CRÉDITOS INCENTIVADOS – CORREÇÃO MONETÁRIA – O valor do crédito presumido deve ser acrescido de correção monetária. Firmou-se o escólio, na Câmara Superior de Recursos Fiscais, de que ela (correção monetária) não requer expressa previsão legal, por não se constituir em nenhum *plus*. O valor resarcido deve ser corrigido segundo a Norma de Execução Conjunta SRF/COSIT/COSAR nº 08/97. **Recurso voluntário provido.**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos do recurso interposto por: VALTRA DO BRASIL S/A.

ACORDAM os Membros da Primeira Câmara do Segundo Conselho de Contribuintes, **por unanimidade de votos, em dar provimento ao recurso.**

Sala das Sessões, em 18 de setembro de 2001

Jorge Freire
Presidente

Antonio Mário de Abreu Pinto
Relator

Participaram, ainda, do presente julgamento os Conselheiros Luiza Helena Galante de Moraes, José Roberto Vieira, Rogério Gustavo Dreyer, Serafim Fernandes Corrêa, Gilberto Cassuli e Sérgio Gomes Velloso.

Eaal/cf



Processo : 10875.000542/97-52

Acórdão : 201-75.352

Recurso : 110.511

Recorrente : VALTRA DO BRASIL S/A

RELATÓRIO

Em 09 de abril de 1997 foi protocolizado pela recorrente pedido de ressarcimento, constante na fl. 01 do processo em análise, relativo à correção monetária e juros SELIC de processos de resarcimentos de IPI pagos referentes a crédito presumido de IPI sobre os insumos utilizados na fabricação de produtos industrializados exportados, no montante de R\$192.341,65. Para tanto, cita como fundamento legal da pretensão o art. 66 da Lei nº 8.383/91 e junta demonstrativo contendo relação de processos, períodos, valor, cálculos de correção monetária e juros..

As folhas 106 a 108, a Delegacia da Receita Federal em Guarulhos - SP decidiu indeferir o pedido da recorrente, por entender que o art. 66 da Lei nº 8.383/91 apenas refere-se à compensação, nos casos de pagamento indevido ou a maior de tributos e contribuições, não contemplando os créditos objeto de ressarcimento, decorrentes de incentivos fiscais, faltando, portanto, amparo legal.

A recorrente apresentou Impugnação de fls. 112 a 123, na qual insurge-se contra a decisão da Delegacia da Receita Federal em Guarulhos - SP, alegando que a demanda refere-se à correção monetária dos créditos de IPI escriturados nos livros próprios, que, na relação jurídico-tributária, deve haver igualdade entre as partes, e que o ressarcimento, pelo seu valor original, revela que o estímulo fiscal não foi integralmente usufruído. Ademais, indica que o direito ao ressarcimento é acatado judicialmente e administrativamente, estando até mesmo referendado no Parecer AGU/MF nº 01/96, o qual vincula toda a Administração Federal.

Nas fls. 128 a 139 dos autos, foi apresentada Decisão, que negou provimento à impugnação, sob o fundamento de que seria incabível a correção monetária sobre ressarcimento de créditos decorrentes de estímulos fiscais na área do IPI, de que tratam as Leis nºs 8.191/91 e 8.402/92, por não estar a espécie contemplada pelo § 3º do art. 66 da Lei nº 8.383/91, e alterações posteriores, sendo, portanto, inaplicável ao caso as regras de atualização monetária previstas para as hipóteses de repetição de indébito.



MINISTÉRIO DA FAZENDA

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE

Processo : 10875.000542/97-52

Acórdão : 201-75.352

Recurso : 110.511

A recorrente, inconformada com a decisão negativa, apresentou Recurso Voluntário de fls. 142 a 158 ao Conselho de Contribuintes, no qual reitera os argumentos demonstrados em sua peça impugnatória. Ainda, demonstra o seu entendimento acerca da necessidade da correção monetária, isto diante de ter havido mora no ressarcimento de seus créditos, citando, para demonstrar o seu direito, o entendimento da Câmara Superior de Recursos Fiscais. Ao final, pede que a decisão contestada seja reformada, com o reconhecimento do seu direito ao ressarcimento complementar, correspondente ao valor da atualização monetária.

É o relatório.



Processo : 10875.000542/97-52
Acórdão : 201-75.352
Recurso : 110.511

VOTO DO CONSELHEIRO-RELATOR ANTONIO MÁRIO DE ABREU PINTO

O Recurso é tempestivo, dele tomo conhecimento.

Não há mais dúvidas, no âmbito deste Conselho de Contribuintes, que mesmo o ressarcimento de valor, a título de benefício fiscal, deve ser creditado ao contribuinte, com a atualização monetária correspondente, sob pena de prejudicar ou mesmo tornar inócuas a própria política visada pelo legislador, especialmente numa economia como a brasileira, onde já chegamos a níveis estratosféricos da espiral inflacionária.

Sem falar o tempo em que a Administração Tributária geralmente leva, dado o acúmulo de serviços, entre o pedido de ressarcimento e seu efetivo creditamento.

Quanto à aplicação da correção monetária, a CSRF, em consonância com o que já vinha decidindo o Judiciário de há muito, pôs uma pá de cal nessa discussão, decidindo que, também em relação ao ressarcimento, ela é cabível.

Corroborando o entendimento do Parecer AGU n.º 01/96, entendo que a atualização monetária de créditos não depende de previsão legal, mas decorre do princípio constitucional da moralidade pública, que veda o enriquecimento sem causa e que se acha previsto no artigo 37 da Constituição Federal.

Exigir do contribuinte o pagamento dos seus débitos devidamente atualizados, mas, simultaneamente, estabelecer que este mesmo contribuinte receberá seus créditos em valores nominais, é um contra-senso, que implicaria em enriquecimento da Fazenda Pública em detrimento do contribuinte.

Veja-se, neste sentido, o Acórdão CSRF/02-0.708, relatado pelo Exmo. Sr. Conselheiro Marcos Vinicius Neder de Lima:

"IPI – RESSARCIMENTO – A atualização monetária dos ressarcimentos de créditos de IPI (Lei n.º 8.191/91) constitui simples resgate da expressão real do incentivo, não constituindo 'plus' a exigir expressa previsão legal (Parecer AGU n.º 01/96). O art. 66 da Lei n.º 8.383/91 pode ser aplicado na ausência de disposição sobre a matéria, face aos princípios da igualdade, finalidade e da repulsa ao enriquecimento sem causa (art. 108, CTN). Recurso Especial negado."



Processo : 10875.000542/97-52
Acórdão : 201-75.352
Recurso : 110.511

Em seu voto, o Conselheiro Marcos Vinicius Neder de Lima é de uma clareza meridiana:

“(...) Além disso, o próprio governo, pelo Parecer AGU acima referido, está a reconhecer a desnecessidade de expressa previsão legal para a aplicação da correção monetária em restituição, isto, a meu ver, permite inferir que a situação prevista no art. 66 da Lei n.º 8.383/91, na mesma linha do parecer, pode alcançar o contribuinte em seu direito de ver corrigido, pela variação da UFIR o ressarcimento pleiteado nas condições estabelecidas pela decisão recorrida.”

No mesmo sentido, foram proferidos os Acórdãos CSRF nºs 02-0.757, 02-0.758, 02-0.759, 02-0.760, 02-0.761, 02-0.708, 02-0.710, 02-0.711, 02-0.712, 02-0.713, 02-0.719, 02-0.720, 02-0.721 e 02-0.076.

Depreende-se, assim, estar pacificado o entendimento de que, sobre valores dos créditos de IPI, aproveitados pela modalidade de ressarcimento, incide a correção monetária, devendo os índices da correção monetária aplicáveis, administrativamente, serem os mesmos utilizados pela SRF na cobrança dos créditos tributários.

À luz do exposto, voto no sentido de dar provimento ao recurso para considerar que o valor ressarcido será corrigido de acordo com a Norma de Execução Conjunta SRF/COSIT/COSAR nº 08/97, com o início da contagem na data do protocolo do presente pleito.

Ressalvado ao Fisco o direito de aferir a exatidão dos cálculos procedidos.

É como voto.

Sala das Sessões, em 18 de setembro de 2001

ANTONIO MÁRIO DE ABREU PINTO